

## **EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA PARA SISTEMAS PRISIONAIS: UM ESTUDO SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DA EaD NA ESCOLA DA PRISÃO**

Marcelo de Mesquita Ferreira - marcelomesquita@gmail.com - UFMG

Analise de Jesus da Silva – analisadasilva@ufmg.br - UFMG

**RESUMO.** *Esta pesquisa teve como proposta para seu desenvolvimento a problematização da infraestrutura das escolas prisionais para a implementação da Educação a Distância em seus espaços e, como produto desse estudo, apresentou um Manual sobre Viabilidades Técnicas de Infraestrutura necessárias para implementação da EaD nas Escolas do Sistema Prisional. O aporte teórico e técnico foi desenvolvido em torno das possibilidades, lacunas e os limites da EaD dentro do Sistema Prisional - no que tange as (re)configurações e (re)adaptações dos espaços das escolas prisionais, atendendo a realidade de infraestrutura que essa escola verdadeiramente dispõe, a sua "infraestrutura possível".*

**Palavras-chave:** *Educação Libertadora e Significativa. Educação a Distância. Educação em Rede. Educação Prisional. Sistema Prisional.*

**ABSTRACT.** *This research had as proposal for its development the problematization of the infrastructure of the prison schools for the implementation of Distance Education in their spaces and, as a product of this study, presented a Manual on Technical Viability of Infrastructure necessary for the implementation of the EAD in the Schools of the Prison System. The theoretical and technical contribution was developed around the possibilities, gaps and limits of EaD within the Prison System - regarding the (re) configurations and (re) adaptations of the prison school spaces, taking into account the reality of infrastructure that this school truly disposes, its "possible infrastructure".*

**Keywords:** *Liberating and Significant Education. Distance Education. Network Education. Prison Education. Prison System.*

---

Submetido em 20 de agosto de 2018.

Aceito para publicação em 30 de setembro de 2018.

### **POLÍTICA DE ACESSO LIVRE**

Esta revista oferece acesso livre imediato ao seu conteúdo, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona sua democratização.

## 1. INTRODUÇÃO

No dia 11 de julho de 1984, por meio da Lei nº. 7.210, a parte geral do Código Penal de 1940 foi integralmente reformada e entrou em vigor a Lei de Execução Penal – LEP no Brasil com a intenção primeira de se humanizar o sistema penitenciário, pois é por meio da execução penal que o Estado se relaciona com o sujeito condenado buscando proporcionar ao infrator medidas assistenciais e de reabilitação, objetivando sua (re)socialização.

O número de presos no Brasil ultrapassou a marca dos setescentos e vinte e seis mil de acordo com os dados do Departamento Penitenciário Nacional – DEPEN, do Ministério da Justiça, divulgados no Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – INFOPEN de junho de 2017. O número de presos é consideravelmente superior às quase 377 mil vagas do sistema penitenciário, totalizando um déficit de 231.062 vagas e uma taxa de ocupação média dos estabelecimentos de 161%. Em outras palavras, em um espaço concebido para custodiar 10 pessoas, existem por volta de 16 indivíduos encarcerados.

Em um parâmetro mundial o Brasil tem a quarta maior população prisional, ficando atrás apenas dos Estados Unidos, da China e da Rússia. Com relação a taxa de aprisionamento, constata-se que, em termos relativos, a população prisional brasileira também é a quarta maior, somente os Estados Unidos, a Rússia e a Tailândia têm um contingente prisional mais elevado. E a taxa de ocupação dos estabelecimentos prisionais brasileiros, que, é de 161%, tem a quinta maior no mundo, as Filipinas apresentam uma taxa de ocupação de 316%, o Peru de 223% e o Paquistão 177%. Apesar de os Estados Unidos contarem com a maior população prisional do mundo, a sua taxa de ocupação dos estabelecimentos prisionais é de 102%, e, a Rússia com a terceira maior população prisional do mundo, a sua taxa é de 94%, operando em média, aquém de sua capacidade.

O Brasil ainda exhibe a quinta maior taxa de presos sem condenação, aproximadamente quatro entre dez ou 41%, estavam presos sem ainda terem sido julgados. Na Índia, no Paquistão e nas Filipinas, mais de 60% da população prisional encontra-se nessa condição. Em números absolutos, o Brasil tem a quarta maior população de presos provisórios, com 222.190 pessoas. Os Estados Unidos são o país com o maior número de presos sem condenação, 480 mil, seguidos da Índia com 255 mil e da China com 250 mil. Essa tendência de se aprisionar sem julgamento, além de contribuir para a superlotação dos estabelecimentos prisionais e de elevar os custos do sistema, ainda expõe um grande número de indivíduos às consequências do aprisionamento.

No Estado de Minas Gerais o número de presos é de 68.354 de acordo com os dados divulgados INFOPEN/2017, o segundo maior em um ranking nacional. Desse total, 58% dos presos são provisórios, sem condenação, por falta de julgamentos.

Do total de presos em Minas Gerais, 5.403 estão envolvidos em alguma atividade educacional, o que representa 9,6% de pessoas presas no estado em atividades educacionais, com 1.266 presos na Alfabetização, 4.090 no Ensino fundamental, 1.301 no Ensino médio, 110 no Ensino superior, 19 em Curso técnico (acima de 800 horas de aula) e 321 em Cursos de formação inicial e continuada, 80

presos matriculadas em programas de remição de pena pela leitura e 445 presos envolvidos em atividades educacionais complementares (videoteca, atividades de lazer, cultura) conforme dados do INFOPEN/2014.

O Estado de Minas Gerais possui 184 estabelecimentos prisionais, dos quais, 102 unidades possuem salas de aula, 31 unidades possuem sala ou laboratório de informática, 48 unidades possuem sala de reuniões e/ou de encontros com a sociedade, 93 unidades possuem biblioteca e 64 unidades possuem sala de professores.

Desse total de 184 unidades prisionais em Minas Gerais, 52 estabelecimentos não possuem espaço para construção de novos módulos, 12 estabelecimentos não prestaram esta informação e 120 estabelecimentos possuem espaço para construção de novos módulos que podem ser usados para educação, conforme dados do INFOPEN/2014.

A partir das perspectivas dessa realidade prisional, a modalidade de Educação a Distância – EaD, pode surgir como proposta construtivista e significativa para todos os níveis e modalidades educacionais oferecidas no Sistema Prisional, e, ainda poderá subsidiar propostas futuras. Não é fácil desconstruir padrões adquiridos historicamente, principalmente padrões educacionais, gerenciais e atitudinais, tanto dos governos, dos profissionais e como da própria sociedade; e, por esses motivos, se torna da maior relevância possibilitar às escolas prisionais a educação formal e profissional com possibilidade de acesso às tecnologias, à informação significativa e à mediação de professores efetivamente preparados para a utilização inovadora da EaD.

A Educação a Distância se orientando pelos princípios da autonomia, responsabilidade, solidariedade, criticidade, respeito ao bem comum e da diversidade de manifestações artísticas e culturais, assim como possibilidade de tornar tangíveis os direitos e deveres da cidadania, pode proporcionar oportunidade educacional apropriada, considerando as características dos educandos, seus interesses, as especificidades, as situações do encarceramento, os perfis dos estudantes, as faixas etárias, suas diversidades e culturas, e, ainda, considerando os princípios da equidade, da diferença e da proporcionalidade. O que pode garantir, entre tantos aspectos na sociedade prisional, a oportunidade de se construir conhecimento significativo e tangível para a realidade dos sujeitos educandos presos nas escolas prisionais por meio da EaD.

Este trabalho se refere ao estudo e proposta de adequação das escolas prisionais em relação à sua infraestrutura para a implementação do ensino na modalidade de Educação a Distância em suas dependências, com o intuito de se enfrentar as fragilidades próprias das escolas do Sistema Prisional e, procurar contribuir para o rompimento de algumas barreiras sociais, políticas, econômicas e culturais que segregam as unidades escolares prisionais e distorcem ou impedem que a construção do conhecimento, seja pensada, de forma significativa e adequada ao contexto da prisão, para o sujeito educando preso.

## **2. EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA PARA SISTEMAS PRISIONAIS: UM ESTUDO SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DA EaD NA ESCOLA DA PRISÃO**

A realização da pesquisa que originou este artigo teve por intuito a proposta de se investigar os problemas da infraestrutura física da escola no Sistema Prisional, tendo por base a Escola Estadual César Lombroso de Ensino Fundamental e Médio da Penitenciária José Maria Alkimim, em relação às suas condições de infraestrutura para implementação do ensino na modalidade de Educação a Distância, e, como produto educacional desse estudo, também, apresentar um Manual sobre Viabilidades Técnicas de Infraestrutura necessárias para implementação da Educação em Rede nas Escolas do Sistema Prisional, e, se delineou por uma metodologia qualitativa inspirada numa abordagem descritiva, documental e bibliográfica, com aporte dos principais autores que discutem questões a respeito do tema central desse estudo;

A pesquisa, que teve como recorte, aporte, subsídio e inspiração os dados referentes a infraestrutura física e técnica constante nos seguintes documentos: Referenciais de Qualidade para a modalidade de educação superior de EaD do MEC, o Instrumento de Avaliação e Credenciamento de Polo de Apoio Presencial para EaD do INEP/SINAES, as Orientações para Mantenedores e Gestores de Polos de Apoio Presencial da UAB/ CAPES, e, as experiências de EaD vivenciadas pela Escola Estadual César Lombroso de Ensino Fundamental e Médio da Penitenciária José Maria Alkimim – PJMA, como também, a realidade de sua infraestrutura física.

O aporte teórico foi desenvolvido em torno das possibilidades, lacunas e os limites da EaD dentro do Sistema Prisional - no que tange as (re)configurações e (re)adaptações dos espaços das escolas prisionais, como também a desconstrução de requisitos de qualidade básicos e comuns para as escolas fora da prisão, para se perfazer o movimento de (re)construção desses mesmos requisitos de qualidade, atendendo as necessidades que a escola prisional requer, principalmente, para as (re)adaptações da realidade de infraestrutura que essa escola verdadeiramente dispõe, a sua “infraestrutura possível”.

### **2.1 Refletindo sobre as possibilidades da EaD para as escolas do sistema prisional**

A EaD pode ser considerada a mais democrática das modalidades de educação, inclusive, em se tratando da educação como direito subjetivo para o sujeito preso, pois, em se utilizando de tecnologias de informação e comunicação se pode transpor obstáculos enfrentados pela sala de aula na rotina do Sistema Prisional.

Essa modalidade de educação, a EaD torna tangível a construção e aquisição dos mais variados conhecimentos, podendo promover a democratização da educação, principalmente por se constituir em um instrumento capaz de atender a um grande número de pessoas simultaneamente ou a um pequeno e seletivo grupo de sujeitos, e, ainda poder chegar a indivíduos que estão distantes, como também os que não podem estudar em horários pré-estabelecidos como na escola.

No cenário brasileiro, a Educação a Distância está associada ao rápido processo de expansão, com vistas à flexibilidade e democratização dos processos de construção do conhecimento mediados pelas tecnologias, considerando as relações entre

professores e alunos que estão separados de maneira espacial e/ou temporalmente, e, no entanto, podem permanecer conectados por uma série de recursos tecnológicos.

A EaD não veio para findar com as aulas presenciais, muito pelo contrário, veio para unir forças com a educação presencial intencionando possibilitar um aumento no grau de aprendizado e uma maior facilidade na construção do conhecimento, conforme dizeres de Moran (2002).

De acordo com Nunes (2018), a Educação a Distância constitui um recurso de incalculável importância para se atender grandes contingentes de educandos, de forma mais efetiva que outras modalidades de ensino e sem riscos de reduzir a qualidade dos serviços oferecidos em decorrência da ampliação da clientela atendida. Isso é possibilitado pelas tecnologias nas áreas de informação e telecomunicação que estão abrindo novas possibilidades para os processos de construção do conhecimento a distância.

E, em contrapartida ao atendimento de grandes contingentes de educandos, a EaD pode, também, atender a demanda da população prisional, que, em números concretos, representa uma parcela mínima do número de encarcerados do Brasil, 10,7 % do total da população prisional, conforme dados divulgados pelo INFOPEN/2014.

A EaD possui mais sistemas integrados do que a modalidade de educação presencial, e, esta realidade requer um maior planejamento e uma rotina organizacional definida e bem elaborada nos planos operacionais na proposta de um curso, características que vão de encontro às várias necessidades do sujeito educando preso que, pode precisar mudar a rotina dos dias de suas aulas em virtude do contingente de segurança prisional. Neste sentido, a EaD pode se adaptar a disponibilidade do educando sem perdas ou reposições de conteúdo, apenas se (re)adaptando a disponibilidade do sujeito educando preso.

E, para Moran (2009) é indispensável educar para a autonomia, para que cada educando encontre o seu próprio ritmo de aprendizagem e, ao mesmo tempo, é importante educar para a cooperação, para aprender em grupo, para intercambiar ideias, participar de projetos, realizar pesquisas em conjunto. Em meio a tantas possibilidades que a EaD pode proporcionar para a mediação do conhecimento aos educandos, pode-se pensar em grupo seletivo e distinto para se apropriar das tecnologias disponíveis e mais adequadas ao perfil restrito do sujeito educando preso nas escolas prisionais.

São diversos os fatores que podem subsidiar a implementação da EaD nas escolas prisionais, e, cada vez mais Instituições privadas e públicas investem na educação a distância. De certo, esses investimentos podem de alguma forma chegar a educação nas prisões, e, sem dúvida, poderá contribuir para a proposta do Plano Estadual de Educação em Prisões, que, é de responsabilidade dos Estados e do Distrito Federal no Brasil, e, se constitui um marco histórico neste sentido. As contribuições da EaD, nessas perspectivas, não podem ser ignoradas, a possibilidade de se construir um curso voltado para as especificidades de um grupo alvo e as suas necessidades, assim como a propriedade de identificação dessa a população-alvo e as possibilidades que essa modalidade de ensino tem para tornar o currículo educacional ou o curso acessível a todos os atores na educação, principalmente o educando. E, assim como o

planejamento de um curso é construído a partir das necessidades do aprendiz, a EaD pode se tornar pioneira na perspectiva de uma educação libertadora e significativa para o sujeito educando preso.

Nos dizeres de Freire (1999), a educação é uma das dimensões da cultura e, por ser uma construção humana, comporta em si um potencial de mudança social permeada de esperança e sonhos possíveis. Acredita-se, portanto, que é na experiência dialógica e dialética do processo educacional que são criados os alicerces para as próprias mudanças educacionais e uma transformação sociocultural que promova a (re)construção da identidade e história de vida do educando, do sujeito educando preso.

Corroborando com essa ideia, Arroyo (2014), aponta o comprometimento da educação com a transformação social que é a premissa da educação libertadora Freireana. E, enquanto uma proposta curricular a partir da expressão da organização de uma população ou um grupo distinto de sujeitos seja por meio dos movimentos sociais com a intencionalidade de se lutar contra a dominação, ou por um grupo de sujeitos encarcerados onde o acesso à escola é restrito em decorrência de diversos fatores; e, no entanto se deve preservar garantia do direito ao conhecimento, à pluralidade de conhecimentos, no qual o primeiro direito ao conhecimento de todo ser humano, inclusive do sujeito preso, é o direito de se conhecer, de se saber no mundo, na história, nas relações sociais, econômicas, políticas e culturais.

A identidade própria da modalidade de ensino a distância considera os Princípios da Equidade, da Diferença e da Proporcionalidade, tendo como pilar, a proposta de construção de cursos com foco no educando, o ator principal no processo de construção do conhecimento.

Entre tantos aspectos da sociedade prisional, a EaD pode apontar caminhos para se construir conhecimento significativo e tangível para a realidade dos sujeitos educandos presos nas escolas prisionais visando a possibilidade de se contribuir para uma sociedade mais democrática, solidária e justa por meio das possibilidades que a Educação pode oportunizar ao sujeito educando preso, sobretudo, em se pensando nas possibilidades que a EaD poderá amplificar dentro das escolas prisionais.

## **2.2 Escola estadual César Lombroso de ensino fundamental e médio da penitenciária José Maria Alkimim**

A antiga Penitenciária Agrícola de Neves – PAN, é a atual Penitenciária José Maria Alkimim – PJMA, funcionando com pavilhões de arquitetura modernista inspirados em estabelecimentos penais da Inglaterra e da França. A penitenciária é protegida por tombamento municipal, aprovado pelo Conselho de Patrimônio Histórico e Cultural de Ribeirão das Neves/MG.

De acordo com os estudos de Amorim-Silva (2016), os dados sobre os estudantes da PJMA seguem: esta unidade foi a primeira do Estado de Minas Gerais a possuir presos cursando Ensino Superior na modalidade EaD com bolsa do PROUNI, obtida por meio da realização e boa pontuação no ENEM Prisional. Saliencia-se que desde 2008 esta unidade vem participando do ENEM mesmo sem ainda ter a sua edição específica para as pessoas privadas de liberdade, que se iniciou em 2009. No

ano de 2008 foram apenas 62 inscritos, já no ano de 2014 tem-se 378 inscritos, tendo seu ápice no ano de 2013 com 431 inscritos. Consta que, 11 presos realizaram o curso superior por meio do convênio firmado entre a SEDS e uma IES para oferta de Ensino Superior na PJMA. A profissionalização ocorre por meio de cursos em parceria com o PRONATEC, em outubro 2014, 5 (cinco) presos concluíram o curso de pedreiro, único curso ofertado e executado no ano. Há também capacitação profissional executada por meio das oficinas/parcerias de trabalho sendo que no ano de 2014 foram capacitados 186 presos. Além dessas ações formais, existem ainda as consideradas não formais, executadas por meio de um grupo de teatro e coral.

Conforme dados divulgados no site Agência de Minas<sup>1</sup>, cinco detentos de Minas passaram no vestibular em 2012 cursaram a faculdade em cursos presenciais e também na modalidade de ensino a distância. E, de acordo com divulgação da Secretaria de Estado de Defesa Social (SEDS), subiu para 17 o total de detentos mineiros matriculados em faculdades e universidades no ano de 2012.

Desses cinco presos aprovados, quatro cumpriam pena na PJMA. Os detentos estudaram na Escola Estadual César Lombroso, que funciona dentro da unidade prisional. O quinto aprovado estava detido no Presídio de Pouso Alegre, no Sul de Minas, e por ter conseguido boas notas, recebeu a bolsa integral do Programa Universidade para Todos - PROUNI.

Ainda, de acordo com os dados divulgados no site Agência de Minas, os candidatos aprovados foram os presos R. S. P., de 28 anos, que está no regime fechado concluiu o Ensino Médio e A. G. M. S., de 24 anos, do regime semiaberto, que, por meio do ENEM Prisional conseguiram bolsas e foram cursar Ciências Econômicas em uma Faculdade privada, por meio da EaD. L. J. P., 30 anos, do regime fechado, também foi cursar Marketing, em outra Faculdade privada, também na modalidade de Educação a Distância.

Os três detentos estudaram dentro da própria unidade prisional, por meio de computadores disponibilizados pela penitenciária, na Escola Estadual César Lombroso de Ensino Fundamental e Médio com o acompanhamento da pedagoga da unidade. O preso J. C. S., 44 anos, está no regime semiaberto e teve autorização judicial para trabalho externo e realizou o curso presencial de Comunicação Assistiva, em uma Universidade privada. O outro preso A. C. S., de 35 anos, está detido no Presídio de Pouso Alegre, no Sul do Estado e foi aprovado, também no ENEM Prisional e selecionado para uma bolsa de estudos integral em outra Universidade privada. O detento cursou Gestão da Tecnologia da Informação por meio da modalidade da EaD. E, segundo o diretor de Atendimento do Presídio de Pouso Alegre, G. V. S., esta foi a primeira vez que a unidade participou do Enem Prisional e ficaram surpresos e satisfeitos com o resultado.

As provas do ENEM Prisional, as quais, os candidatos presos citados realizaram, aconteceram nos dias 28 e 29 de novembro de 2011. Em Minas Gerais, 795 detentos de 43 unidades se inscreveram para o exame com o objetivo de conquistar o certificado de conclusão do Ensino Médio ou se candidatar a vagas em instituições de Ensino Superior e, destes 795 inscritos, 640 realizaram a prova. O ano de 2012 foi o segundo ano consecutivo em que as provas do ENEM Prisional aconteceram em

unidades prisionais de Minas Gerais. O número de participantes no ano de 2012 foi mais de três vezes maior que no ano de 2011, quando 233 presos se inscreveram e 221 realizaram as provas que no foram avaliados os conteúdos de Ciências Humanas e Ciências da Natureza e no segundo dia os conteúdos abordados foram Linguagens, Códigos, Matemática e Redação.

Conforme dados divulgados no censo de 2014 da Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais – SEE/MG<sup>ii</sup>, na Escola Estadual César Lombroso de Ensino Fundamental e Médio acontece Educação de Jovens e Adultos – Supletivo para o Ensino Fundamental e Médio. A escola possui água, energia e tratamento de esgoto da rede pública e coleta seletiva de lixo. Possui acesso à Internet com Banda Larga, sala de Diretoria, sala de Professores, Laboratório de Informática, cozinha, banheiro dentro do prédio e uma Biblioteca. E, em relação aos equipamentos, a Escola Estadual César Lombroso de Ensino Fundamental e Médio possui três computadores administrativos, dez computadores para alunos, duas TVs, duas copiadoras, um equipamento de som, duas impressoras, equipamento de multimídia, TV Led, aparelho de Videocassete, DVD, Copiadora e Impressora.

De acordo com os dados divulgados no INFOPEN (2014) e os dados divulgados no censo de 2014 da Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais – SEE/MG, como também, de acordo com os estudos de Ferreira (2013) a escola tinha onze turmas e duzentos e sessenta e cinco alunos no ano de 2013, e, contava com onze salas de aula, Biblioteca, sala de professores, sala de computadores, sala para direção, coordenação e pedagogo, quadros de corredor, e, já foram oferecidos cursos de formação profissional para os presos na modalidade EaD.

Para fomentar a composição do Produto Educacional desse estudo serão consideradas as experiências vivenciadas pela Penitenciária José Maria Alkimim na cidade de Ribeirão das Neves/MG, no que tange, a realidade da infraestrutura da Escola Estadual César Lombroso de Ensino Fundamental e Médio que já ofereceu cursos de formação profissional para os seus educandos presos na modalidade de Educação a Distância, assim, como também, já teve a experiência de ter alunos de graduação EaD em regime fechado e semiaberto.

### **2.3 Construindo o produto educacional desse estudo**

Um manual é uma publicação que inclui o mais substancial sobre um produto, em outras palavras, é o essencial de um estudo, um guia que ajuda a entender o funcionamento e operacionalização de algo.

E, de acordo com os estudos de Ferreira et al. (2013), manual de operação ou instrução, caracteriza-se, em geral, pelo predomínio do discurso instrucional e didático, em que as orientações são dadas usando-se o imperativo, o infinitivo sempre numa interlocução direta com o leitor. Como tal pode ser um livreto descritivo e explicativo que acompanha determinados produtos, orientado acerca do uso, do funcionamento, da conservação, instalação. Nessas condições, se entende que manuais são orientações que acompanham os objetos e que auxiliam no uso e operação destes. Normalmente trazem imagens que favorecem a compreensão destas instruções.



Desta forma, se pode entender, que, manual é todo e qualquer conjunto de normas, procedimentos, funções, atividades, políticas, objetivos, instruções e orientações que devem ser executadas no formato indicado, conforme as orientações descritas e detalhadas para a operacionalização das atividades constantes, e, de acordo com a definição e critérios procedimentais que possibilitarão a consecução racional dos propósitos estabelecidos.

Para se pensar sobre as viabilidades técnicas de infraestrutura para a implementação da EaD para o Sistema Prisional, a partir da proposta desse estudo, fez-se necessário refletir sobre a desconstrução dos requisitos de qualidade básicos e comuns para as escolas fora da prisão, e, fazer o movimento de (re)construção desses mesmos requisitos de qualidade, atendendo as adaptações necessárias que a escola prisional requer, principalmente, para as (re)adaptações da realidade física que essa escola verdadeiramente dispõe.

A escola prisional enfrenta problemas em relação às condições básicas de sua infraestrutura, que, ainda são muito deficitárias, porque, de maneira quase genérica, essas escolas funcionam em espaços prisionais que foram “adaptados”, e não “planejados” para serem, realmente, espaços escolares contextualizados às necessidades de seus sujeitos.

Refletir sobre a implementação da EaD nas escolas prisionais implica, pois, em se buscar caminhos de adaptações dos espaços físicos disponibilizados para essas escolas, e, pode-se fazer uma correlação da escola prisional com as escolas de cidades interioranas que também não dispõem de uma infraestrutura adequada, e, por meio de parcerias realizadas com a CAPES, promovem adaptações e sediam polos EaD da Universidade Aberta do Brasil.

E, nesse sentido, de (re)adaptações e (re)construção de espaços, ações saneadoras tornam-se necessárias para a implementação da EaD nas escolas prisionais. É necessário atentar que a EaD também está em constante transformação e adaptação a cada projeto pedagógico que é gerido.

Por meio dessa reflexão de (re)adequações e (re)construção dos espaços da Escola Estadual César Lombroso de Ensino Fundamental e Médio, se pôde construir o estudo de viabilidades técnicas de infraestrutura para implementação da EaD na referida escola, que, também, poderá servir como referencial inicial para as escolas prisionais.

Na construção desse manual, as informações, que, são precisamente técnicas em relação à composição do texto foram fomentadas e extraídas de sites especializados da internet e transcritas sem (re)interpretações, de forma a manter as propriedades da identificação técnica dos itens, equipamentos e componentes descritos, como também, no Manual sobre Viabilidades Técnicas de Infraestrutura necessárias para implementação da Educação em Rede nas escolas do Sistema Prisional – produto desse estudo, e, se encontram disponibilizadas para consultas e fonte na Biblioteca física e virtual da UFMG (FERREIRA, 2016).

A apresentação do Manual nesse artigo encontra-se em formato resumido, contendo todos os tópicos apresentados e identificados para que se tenha uma ideia geral de sua construção.

## **2.4 Manual sobre Viabilidades Técnicas de Infraestrutura necessária para implementação da Educação em Rede nas Escolas do Sistema Prisional (resumido)**

### 2.4.1 Os ambientes administrativos

Os Ambientes administrativos devem concentrar toda a logística de administração acadêmica e operacional do polo EaD. Pode incluir depósitos de materiais, sala de reunião e de professores, tutoria e coordenação.

### 2.4.2 Os ambientes acadêmicos

Nos Ambientes acadêmicos os espaços para a tutoria devem contar com salas para atendimento de pequenos grupos, assim como para a realização de possíveis encontros presenciais e laboratórios de ensino, cujos insumos para as atividades desenvolvidas deverão ser especificados de forma clara no projeto pedagógico do curso.

### 2.4.3 A biblioteca

A Biblioteca deve possuir acervo atualizado, amplo e compatível com as disciplinas dos cursos ofertados, disponibilizado em diferentes mídias para atender as atividades de pesquisa e, ainda, deve dispor de espaço interno para salas de estudo individual e em grupo.

### 2.4.4 O laboratório de informática

O Laboratório de Informática cumpre papel essencial nos cursos a distância e precisa estar equipado de forma a possibilitar ao educando preso, por meio de ambiente virtual de aprendizagem projetado para a realização do curso, a interação com outros estudantes, docentes, coordenador de curso e com os responsáveis pelo sistema de gerenciamento acadêmico e administrativo do curso. Dessa forma faz-se necessário a compatibilidade entre a quantidade de equipamentos disponibilizados e o número de estudantes a serem atendidos. Torna-se importante registrar que, nas escolas prisionais, as turmas são locadas com o número máximo de até quinze educandos.

### 2.4.5 Acessibilidade para educandos com necessidades especiais

Sugere-se a instalação no laboratório de informática de um PC em mobiliário que respeita os critérios de acessibilidade e programas instalados para Pessoa com Deficiência Visual e/ou auditiva, de modo que se possa tratar dos respectivos assuntos administrativos e acadêmicos dessas pessoas portadoras de necessidades especiais<sup>iii</sup>.

### 2.4.6 Link de internet/provedor

O primeiro passo a se pensar para um modelo proposto de laboratório de informática é o Link de Internet, banda larga para acessar o mundo virtual<sup>iii</sup>.

#### 2.4.7 Modem

A internet é transmitida por meio de cabo coaxial, cabo de telefone ou fibra óptica, e, para que essa internet chegue até o laboratório de informática, torna-se necessário o uso de um aparelho denominado modem<sup>iii</sup>.

#### 2.4.8 Firewall

Em seguida, o sinal de internet passará pelo Firewall que é a peça fundamental que protege a rede interna utilizando um sistema que bloqueia, filtra e registra acessos<sup>iii</sup>.

#### 2.4.9 Proxy

O proxy funciona como uma espécie de "reservatório comunitário (cache)" onde toda página que um usuário visualizar ficará armazenada e quando outro (ou o mesmo) usuário requisitar a mesma página, ela não será recarregada da Internet novamente, simplesmente será lida do disco e entregue, economizando tráfego de rede<sup>iii</sup>.

#### 2.4.10 Servidores de domínio

O Servidor de domínio ou controladores de domínio são um grupo de computadores, programas e dispositivos de rede que são administrados como uma unidade, com normas e procedimentos comuns para uso por um grupo específico de usuários. Os usuários fazem login no domínio para obter acesso aos recursos<sup>iii</sup>. É por meio dos Servidores e do Proxy será realizado o controle de acesso à internet dos educandos, os sujeitos educandos presos da PJMA.

#### 2.4.11 Switch

O Switch ou comutador é um equipamento de interconexão, do tipo concentrador de rede, porém, ele divide a rede em domínios de colisão independentes, é um importante equipamento que possibilita a conexão de computadores em redes<sup>iii</sup>.

#### 2.4.12 PCs

O PC é um conjunto de circuitos eletrônicos que permitem manipular dados sob forma binária, em outras palavras, sob a forma de bits, em outras palavras, é o computador<sup>iii</sup>.

#### 2.4.13 Configuração mínima do PC ou Notebook

A configuração básica para um PC ou notebook de laboratório de informática para a proposta desse estudo e, de acordo com pesquisas realizadas em sites especializados para essa finalidade na internet, deve seguir minimamente uma configuração, que, permita a navegação e proporcione o uso dessa tecnologia pelos educandos sem comprometer a qualidade de acesso aos propósitos do estudo<sup>iii</sup>.

#### 2.4.14 Componentes periféricos

Os componentes periféricos podem ser de entrada ou de saída, conforme se destinam a enviar ou receber dados do computador, respectivamente, como players

de mídias DVD, Bluray, caixa de som acústica e amplificada, microfone, projetor de Multimídia ou DataShow, scanner, impressora, dentre outros equipamentos<sup>iii</sup>.

#### 2.4.15 Composição do laboratório de informática

Segue, portanto, uma proposta para a infraestrutura pensada a partir de um conjunto de recomendações que irão subsidiar a composição do laboratório de informática, mantendo-se a proposta inicial de adaptação e (re)construção de espaços, como também, de adaptações e (re)construção de normas e requisitos de qualidade para implementação da EaD, adaptando-se aos moldes da escola prisional.

Contudo, uma escola prisional que venha propiciar um ambiente adaptado e adequado ao desenvolvimento de projetos educacionais, com base e inspiração nos recortes pesquisados nesse estudo, e, que também terá, desta forma, uma configuração mínima para se atender às expectativas de um polo para a EaD que, de acordo com o PROINFO URBANO e/ou RURAL (14)<sup>iii</sup>, o laboratório de informática deverá ser composto minimamente pelos itens:

- 1 servidor de rede;
- 15 estações para o laboratório de informática;
- 2 estações para área administrativa;
- Monitores LCD;
- 1 Roteador Wireless;
- 1 Impressora Laser;
- 1 Leitora de Smart Card;
- Sistema Linux Educacional;
- Mobiliário adequado.

Dados relevantes:

- Sala com Segurança (grades nas portas e janelas);
- Mobiliário para acomodar 16 terminais e 1 impressora;
- Onze tomadas de pino triplo, sendo dez para o laboratório e uma área administrativa.

#### 2.4.16 Cuidados com o laboratório de informática

Evitar comer, beber e fumar enquanto se opera o equipamento, pois restos de comida, bebidas derramadas e fumaça são ameaças ao bom funcionamento do teclado e dos demais componentes do laboratório.

As capas dos equipamentos servem para evitar o acúmulo de poeira e devem ser usadas quando o equipamento estiver desligado. Com o equipamento ligado devem ser retiradas, pois impedem a ventilação interna e podem provocar a queima das máquinas.

É recomendável que o equipamento não seja ligado e desligado várias vezes ao dia, devendo ser desligado apenas uma vez ao dia ou ao final de cada turno de

operação, e, caso o equipamento fique por longo tempo desligado, é aconselhável desligá-lo da tomada elétrica.

Evitar tocar na tela do monitor de vídeo.

Evitar colocar objetos sobre os PCs.

#### 2.4.17 Manutenção preventiva do laboratório de informática

A manutenção preventiva visa garantir um bom funcionamento dos computadores, com a intenção de se evitar problemas posteriores, diminuindo, em muito, o risco de um computador parar repentinamente.

Algumas ações preventivas simples podem garantir aumentar a expectativa de usabilidade de um laboratório de informática. Ações como fazer limpeza do hardware, substituir peças desgastadas como o cooler, a ventoinha da fonte, teclado, mouse, dentre outros, rodar o antivírus, apagar arquivos temporários, e fazer a verificação de espaço em disco de forma rotineira. Esses procedimentos são imprescindíveis para o bom funcionamento de um laboratório de informática e, conseqüentemente, também o bom funcionamento do polo de EaD na PJMA.

### 3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Refletir sobre o que significa para a Educação o fato de o Brasil configurar na terceira posição em um ranqueamento mundial de população prisional e que a escolarização desses sujeitos em relação ao número absoluto de presos e seu grau de escolaridade é extremamente baixo imprime nos profissionais da Educação uma responsabilidade em repensar a Docência e se conscientizar do seu papel político, histórico e emancipador, pois, mais da metade dos sujeitos presos dessa população prisional, em outras palavras, 51% não concluíram o Ensino Fundamental, enquanto somente 14% o concluíram; 9% concluíram o Ensino Médio e 15% não o concluíram, menos de 1% tem o Ensino Superior completo e menos de 1% incompleto; em relação aos presos alfabetizados (sem cursos regulares) somente 6%, e, não alfabetizados são 4% dessa população carcerária no Brasil.

Pensar sobre esses números, essas porcentagens, aumenta a angústia dos pesquisadores no intuito de se buscar caminhos para que a Educação possa contribuir de alguma forma, e, de maneira significativa e emancipatória, para que esses índices mudem, uma vez, que, essa mesma educação é um direito subjetivo resguardado por Lei para os cidadãos, inclusive para os sujeitos presos.

As pesquisas e estudos sempre perseguem uma resposta ou um apontamento de caminho ou trajetórias para se seguir, a partir de seus próprios questionamentos iniciais e dos muitos questionamentos levantados no decorrer dos estudos. E, numa abordagem descritiva, esta pesquisa buscou na bibliografia de autores distintos e especializados em suas áreas, e em documentos oficiais e legais, a base de sua tessitura e a fomentação das reflexões acometidas no desenrolar do referencial trilhado, com as limitações provocadas pelos recortes que delimitaram o surgimento de novas questões, que, são sempre infindas para o pesquisador.

As reflexões apresentadas nesta pesquisa, com foco na implementação da modalidade de ensino da EaD para as escolas do Sistema Prisional, mostraram a

necessidade de propor um modelo que considerasse a desconstrução dos requisitos de qualidade básicos e comuns para as escolas fora da prisão, e, fazer o movimento de (re)construção desses mesmos requisitos de qualidade, atendendo as adaptações necessárias que a escola prisional requer, principalmente, para as adaptações da realidade de infraestrutura que essa escola verdadeiramente dispõe.

A desconstrução de um sistema rígido de requisitos de qualidade pôde apontar novos caminhos para novas oportunidades para a construção do conhecimento na escola prisional, por meio da implementação da EaD como modalidade de ensino. E, nesse sentido, de (re)adaptações e (re)construção de espaços nas escolas prisionais serão necessárias ações saneadoras a cada projeto pedagógico que será gerido nesses espaços, pois se faz necessário atentar que a própria EaD está em constante transformação e adaptação.

A EaD pode transcender as muralhas do Sistema Prisional e, conseqüentemente, enfrentar a defasagem escolar e, também, profissional dos condenados, e, a escola prisional deve contar, por sua vez, com possibilidades tangíveis de (re)adaptações e (re)construção de seus espaços para, que, de fato, a implementação da EaD na sociedade prisional seja uma realidade e possa apontar caminhos para a emancipação do sujeito educando preso e, ainda, poder contribuir nessa perspectiva, para a (re)construção de sua história de vida e o seu retorno à sociedade fora da prisão.

Pôde ser destacada a identidade própria da modalidade de ensino da Educação a Distância que, considera os Princípios da Equidade, da Diferença e da Proporcionalidade, tendo como pilar, a proposta de construção de cursos com foco no educando, o ator principal no processo de construção do conhecimento e, também se pôde apontar caminhos, entre tantos aspectos na sociedade prisional para se criar oportunidades de construir conhecimento significativo e tangível para a realidade dos sujeitos educandos presos nas escolas prisionais visando a possibilidade de se contribuir para uma sociedade mais democrática, solidária e justa por meio das possibilidades que a Educação pode oportunizar ao sujeito educando preso.

Em virtude desse cenário essa pesquisa se propôs a contribuir também com a reflexão sobre aquilo que já é regulamentado, de forma a contribuir para que os aspectos éticos e de qualidade sejam preservados. Construir esta pesquisa pelos caminhos trilhados pôde proporcionar inúmeras reflexões sobre o estreito caminho da Educação no Sistema Prisional. A cada apontamento de possibilidades para se responder aos objetivos desse estudo, puderam ser verificadas as fragilidades e deficiências da escola na prisão e como o papel da Educação no Sistema Prisional pode ser amplificado.

Esse estudo que não se esgotará por essa pesquisa, assim, como o produto educacional concebido por esse trabalho, poderá contribuir de alguma forma com os pesquisadores que têm a Educação no Sistema Prisional como objeto de investigação. Da mesma forma, contribuirá para a fomentação de possíveis Políticas Públicas mais eficazes, como também na construção do Projeto Político-Pedagógico para a Educação em prisões, e, finalmente, para a construção do “Plano Estadual de Educação em Prisões”, que é, por sua vez, de responsabilidade dos Estados e do Distrito Federal.

Por meio desse estudo se pôde concluir que a Educação, independente de sua modalidade, não é um produto, mas sim um “processo em construção contínua” e, portanto, estará sempre inacabada.

## REFERÊNCIAS

- AMORIM-SILVA, K. O. **Educar em prisões: um estudo na perspectiva das representações sociais**. Belo Horizonte, 2016, p. 193. Dissertação (Mestrado EM Conhecimento e Inclusão Social) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.
- ARROYO, M. Os jovens, seu direito a se saber e o currículo. In: DAYRELL, J.; CARRANO, P.; & MAIA, C. L. (Org.). **Juventude e Ensino Médio: Sujeitos e Currículos em Diálogo**. Editora UFMG. Belo Horizonte, 2014.
- ABNT - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 10520**: informação e documentação: apresentação de citações em documentos. Rio de Janeiro, 2002.
- \_\_\_\_\_. **NBR 6028**: informação e documentação: resumo: apresentação. Rio de Janeiro, 2003.
- \_\_\_\_\_. **NBR 14724**: informação e documentação: trabalhos acadêmicos: apresentação. Rio de Janeiro, 2011.
- BRASIL. **Lei 7.210/84 – Lei de Execução Penal**. 1984. Disponível em: <[www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br)>. Acesso em: 15 jan. 2018.
- CASTELLS, M. **A Sociedade em Rede**. v.1. Paz e Terra. São Paulo, 1999.
- FERREIRA, M. M. et al. **Educação do Sujeito Preso: perspectivas e reflexões a partir da Lei 12.433/11**. Belo Horizonte, 2013, p. 74. Trabalho de conclusão (Licenciatura em Pedagogia) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado de Minas, Belo Horizonte, 2013.
- \_\_\_\_\_. **Educação a distância para sistemas prisionais: um estudo sobre viabilidades técnicas de infraestrutura necessária para implementação da educação em rede nas escolas do sistema prisional**. 2016. 121 f. Dissertação - (Mestrado) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2016. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/BUOS-AREJJ4>>. Acesso em: 21 set. 2018.
- \_\_\_\_\_. et al. (Orgs.). **Estudo sobre tipos e gêneros de textos: no contexto da grande Belo Horizonte**. Material didático para o ensino da leitura e escrita. Carolina do Norte: Lulu Publish, 2013.
- FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1987.
- \_\_\_\_\_. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. Paz e Terra. São Paulo, 1999.
- FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: história da violência nas prisões**. Vozes. Petrópolis, 1997.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. DEPEN - **Departamento Penitenciário Nacional. INFOPEN/2014 - Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias - Jun/2014.** Disponível em: <[www.justica.gov.br](http://www.justica.gov.br)>. Acesso em: 15 mar. 2018.

\_\_\_\_\_. DEPEN - **Departamento Penitenciário Nacional. INFOPEN/2016 - Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias - Jun/2016.** Santos, T. (Org.). 65 p. Brasília, 2017. Disponível em: <<http://depen.gov.br>>. Acesso em: 20 jul. 2018.

MORAN, J. M. Ensino e aprendizagem com novas tecnologias. **Informática na Educação: Teoria & Prática**, v. 3, n. 1. Porto Alegre, 2002. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/InfEducTeoriaPratica/article/view/6474/3862>>. Acesso em: 20 jul. 2018.

\_\_\_\_\_. **Novas tecnologias e mediação pedagógica.** Papirus. São Paulo, 2009.

NUNES, I. B. **Noções de educação à distância.** Revista educação à distância. v. 3, 4 e 5. Brasília: INED. Disponível em: <[http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos\\_teses/EAD/NOCOESEAD.PDF](http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/EAD/NOCOESEAD.PDF)>. Acesso em: 12 fev. 2018.

---

<sup>i</sup> Agência de Minas. Disponível em: <<https://anastasiagovernador.wordpress.com/tag/secretario-de-estado-de-defesa-social/>>. Acesso em: 12 fev. 2018.

<sup>ii</sup> SEE/MG. **Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais – Censo 2014.** Disponível em: <<https://www.educacao.mg.gov.br>> e <<http://www.escol.as/141791-ee-cesar-lombroso>>. Acesso em: 12 fev. 2018.

<sup>iii</sup> Fontes: <<https://technet.microsoft.com>>; <<http://br.ccm.net>>; <<http://www.techtudo.com.br>>; <<http://windows.microsoft.com>>; <<http://www.palpitedigital.com>>; <<http://www.tecnicomovel.com/>> <<http://www.garlix.com.br>>; acesso em fevereiro, março e abril/2018.